



**SÉRIE DE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS
TEXTO PARA DISCUSSÃO N. 33**

**AVALIAÇÃO DA EXPANSÃO RECENTE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS SEGUNDO A ÓTICA
DO MERCADO DE TRABALHO**

Priscila Casari

NEPEC/FACE/UFG
Goiânia – Maio de 2013



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

C335a Casari, Priscila.
Avaliação da expansão recente da Universidade Federal de
Goiás segundo a ótica do mercado de trabalho / Priscila Casari. –
Goiânia: UFG/NEPEC/FACE, 2013.
16 f. (Série de Textos para Discussão do Curso de Ciências
Econômicas ; n. 33).

Bibliografia.

1. Mercado de Trabalho – Universidade Federal de Goiás. 2.
Universidade Federal de Goiás – Expansão – Mercado de
Trabalho. I. Título.

CDU: 331.378(817.3)

AVALIAÇÃO DA EXPANSÃO RECENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS SEGUNDO A ÓTICA DO MERCADO DE TRABALHO

Priscila Casari ¹
Universidade Federal de Goiás

RESUMO

O objetivo deste artigo é avaliar a evolução recente da oferta de cursos pela Universidade Federal de Goiás (UFG) segundo a ótica do mercado de trabalho. Para tanto, são utilizados dados Ministério da Educação (MEC) sobre o crescimento da UFG e do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o estado de Goiás. De acordo com os resultados, observou-se que em Goiás, áreas de formação que possuem excesso de oferta de profissionais estão associadas a rendimentos abaixo da média, baixa taxa de ocupação superior, além de desemprego. Em relação à expansão da UFG, verificou-se que o crescimento recente, se deu tanto em cursos em que hoje há excesso de oferta de profissionais como em cursos em que há falta de desses no mercado de trabalho, portanto, sem uma relação clara com a dinâmica do mercado de trabalho.

ABSTRACT

The aim of this paper is to assess the recent evolution of provision of courses by the Federal University of Goiás (UFG) from the viewpoint of the labor market. Therefore, data from the Ministry of Education (MEC) on the growth of UFG and from Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) Census 2010, for the state of Goiás, are used. According to the results, it was observed that in Goiás, undergraduation areas that have excess supply of professionals are associated with below-average incomes, low higher education occupancy rate, in addition to unemployment. Regarding the expansion of UFG, it was found that the recent growth occurred both in courses that have today oversupply of professionals and in courses in which there is lack of professionals in the labor market. Therefore, the expansion of UFG has not a clear relationship with the labor market dynamics.

1 Introdução

Nos últimos anos, a educação superior, especialmente a rede federal, tem se expandido, aumentando significativamente o número de universidades, campi, cursos e alunos. No estado de Goiás, segundo dados do MEC (2013), estão previstos diversos campi de institutos federais em Águas Lindas de Goiás, Aparecida de Goiânia, Goiânia, Cidade de Goiás, Campos Belos, Novo Gama, Posse, Trindade e Valparaíso de Goiás. Já para a Universidade Federal de Goiás (UFG), estão previstos campi em Aparecida de Goiânia e Cidade Ocidental.

Doutora em Economia Aplicada – USP, professora adjunta FACE – UFG. E-mail: pricasari@gmail.com

A expansão da rede federal é justificada pelo baixo percentual de profissionais com nível superior no país. Segundo MEC (2009), apenas 24,3% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior. Entretanto, muito pouco se discute sobre os fatores que levam à decisão de criação dos diferentes cursos de graduação e, especialmente, se a criação dos cursos superiores atende às necessidades do mercado de trabalho.

A maior parte das pesquisas acadêmicas sobre o mercado de trabalho para profissionais com ensino superior restringe-se à análise do diferencial de rendimentos do ensino superior em relação ao ensino médio, sem diferenciar os cursos de graduação. No entanto, o mercado de trabalho é muito heterogêneo, e níveis de salário, inatividade e desemprego são diferentes para profissionais graduados em áreas distintas.

Dessa forma, deve-se questionar: como se diferencia a inserção de graduados dos diversos cursos superiores no mercado de trabalho? A criação de cursos superiores atende às necessidades do mercado de trabalho?

Para responder a essas questões, será estudado, especificamente, o caso dos graduados residentes no estado de Goiás e da expansão recente da Universidade Federal de Goiás, sendo o objetivo geral deste artigo: avaliar a evolução recente da oferta de cursos pela Universidade Federal de Goiás segundo a ótica do mercado de trabalho. Especificamente, procura-se:

- analisar como a alocação dos profissionais, o rendimento e as taxas de inatividade e de desemprego variam entre os diversos cursos superiores, no estado de Goiás;
- relacionar a oferta de cursos superiores pela Universidade Federal de Goiás aos incentivos do mercado de trabalho goiano.

Para atender a esses objetivos, são utilizados os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o mercado de trabalho e também dados do Ministério da Educação sobre o crescimento da Universidade Federal de Goiás (UFG). São analisados o rendimento, a taxa de ocupação em emprego típico de nível superior, a taxa de inatividade e a taxa de desemprego dos profissionais graduados residentes no estado de Goiás e também a evolução recente da criação de cursos de graduação da UFG.

Além desta introdução, o artigo está dividido em: Revisão bibliográfica, Metodologia, Resultados e Considerações finais. A próxima seção apresenta uma revisão da literatura sobre o retorno da educação superior.

2. Revisão de Literatura

No Brasil, o número de pessoas com ensino superior vem crescendo nas últimas décadas e, entre os países latinos, o Brasil apresenta os maiores diferenciais de salário entre aqueles que possuem educação de nível superior e aqueles que possuem somente ensino médio (NERI, 2005, p.20).

O retorno da educação tem sido amplamente estudado. A partir de equações mincerianas e de diversos procedimentos econométricos, são estimadas taxas de retorno para cada ano adicional de escolaridade, em estudos como: Lam e Levinson (1990); Lam e Shoeni (1993); Kassouf (1994); Kassouf (1998); Menezes Filho, Pichetti e Fernandes (2000), Loureiro e Galvão (2001); Ueda e Hoffmann (2002), Sachsida, Loureiro e Mendonça (2004); e Rezende e Willie (2006).

As conclusões dos trabalhos destacados indicam retornos positivos para educação, variando de acordo com sexo, idade, experiência profissional, grau de escolaridade, região do país, moradia em zona urbana ou rural e emprego no setor formal ou informal da economia.

Apesar da multiplicidade de pesquisas já realizadas sobre o tema, poucos são os artigos que se dedicam à inserção de profissionais com ensino superior no mercado de trabalho e observa-se que há diferenças entre o retorno de diferentes cursos de graduação.

Fernandes e Narita (2001) avaliam o desempenho do mercado de trabalho para esses profissionais. Os autores argumentam que há uma elevada sensibilidade dos salários em relação ao nível educacional e que o retorno da educação superior tem apresentado uma tendência de crescimento desde o início da década de 1980, sendo, em 2000, cerca de 20%, em média, por ano adicional de estudo.

Os autores utilizaram os dados do Censo de 1980 e de 1991 para calcular os diferenciais controlados de rendimentos entre as diferentes formações superiores. Seus resultados mostram que medicina apresenta o maior rendimento entre as carreiras, quase duas vezes maior que geografia, a carreira que tem o menor rendimento, excluindo-se teologia. No entanto, ao se calcular o retorno médio anual por formação superior, odontologia, ciência da computação, engenharia mecânica e engenharia química ultrapassaram medicina.

Segundo Fernandes e Narita (2001), outros aspectos que influenciam os rendimentos dos profissionais do ensino superior são as habilidades não observadas e a probabilidade de obter um emprego típico de sua formação, sendo que os trabalhadores que têm ocupações típicas recebem um prêmio de rendimento de 13,66%, em média.

Mais recentemente, a partir dos dados do Censo de 2000, Neri (2005) calcula o retorno de diversas carreiras do ensino superior. Seus resultados são semelhantes aos anteriores e indicam que medicina oferece o maior retorno, seguida por engenharia e direito e, em último lugar, teologia. O autor estima, ainda, a probabilidade de ocupação e os cursos que apresentam maior probabilidade são: engenharia (90%), medicina (88%) e ciência da computação (87%).

Também utilizando os dados do Censo de 2000, Casari (2007) analisou o retorno do ensino superior por área (ciências exatas, humanas, biológicas, sociais aplicadas e engenharias) em Santa Catarina. Segundo a autora, as áreas de ciências exatas e humanas oferecem formação mais geral e diversificada e menores rendimentos, enquanto as áreas de formação mais específica, ciências biológicas, sociais aplicadas e engenharias, apresentam maiores rendimentos.

Esses estudos mostram que o retorno do ensino superior é heterogêneo, logo, há áreas mais valorizadas pelo mercado de trabalho. Por um lado, existem carreiras mais generalistas, que permitem ter diferentes funções no mercado de trabalho, ou seja, a partir da diversificação, reduzem o risco de desemprego, mas oferecem menores retornos. E, por outro lado, as carreiras mais específicas, que devem oferecer vantagens comparativas por meio da especialização (FERNANDES; NARITA, 2001, p.5).

Macedo (1999) argumenta que essa desigualdade se deve à excessiva especialização do ensino superior brasileiro, que gera alta evasão dos alunos, além de não se adequar às exigências do mercado de trabalho.

Assim, este artigo pretende contribuir com a literatura analisando como o mercado de trabalho goiano responde a essa heterogeneidade e avaliando se a expansão da Universidade Federal de Goiás responde aos incentivos do mercado de trabalho.

3. Metodologia

Para avaliar a evolução recente da oferta de cursos pela Universidade Federal de Goiás segundo a ótica do mercado de trabalho são utilizados dados Ministério da Educação (MEC) sobre o crescimento da UFG e do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o estado de Goiás.

A base de dados do Censo foi escolhida, pois é única que oferece informações relativas ao mercado de trabalho para profissionais com ensino superior especificando a graduação cursada.

Inicialmente, procurou-se compatibilizar os dados do Censo 2010 aos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal de Goiás (UFG), sendo que, por isso, foram selecionados os seguintes cursos para a análise: pedagogia, artes visuais, música e artes cênicas, design e moda, letras, história, filosofia, psicologia, ciências sociais, economia, administração, ciências contábeis, direito, serviço social, comunicação social, biblioteconomia, física, química, matemática, estatística, ciência da computação, sistemas de informação, engenharia mecânica, engenharia elétrica, engenharia química, engenharia de alimentos, engenharia de minas, engenharia civil, arquitetura, agronomia e zootecnia, engenharia florestal, medicina veterinária, biologia, ciências ambientais, medicina, enfermagem, odontologia e farmácia.

Dessa forma, a população estudada neste artigo é formada por indivíduos residentes no estado de Goiás e graduados nos cursos listados acima, sem mestrado ou doutorado, perfazendo uma amostra de 30.311 indivíduos que representam 326.490 pessoas.

Após a seleção dos cursos superiores, foram calculados os rendimentos médios de todos os trabalhos para os profissionais ocupados e ocupados em empregos de nível superior e estimadas as taxas de inatividade, de desemprego e de profissionais com ocupações típicas de ensino superior. Essas taxas são dadas por:

$$Inatividade_i = \frac{inativos_i}{PIA_i} * 100 \quad (1)$$

Em que o termo *inativos* refere-se ao número de indivíduos em idade ativa que não estão ocupados ou em busca de emprego e *PIA* é a população em idade ativa, ou seja, pessoas com 10 ou mais anos de idade.

$$Desemprego_i = \frac{desempregados_i}{PEA_i} * 100 \quad (2)$$

Em que *desempregados* refere-se ao número de profissionais graduados que estão em busca de emprego e *PEA* é a população economicamente ativa, formada pelos profissionais empregados e desempregados.

$$Ocupação superior_i = \frac{ocupados em empregos de nível superior_i}{Ocupados_i} * 100 \quad (3)$$

Em que *ocupados em empregos de nível superior* são os indivíduos que estão ocupados em empregos classificados dentro dos grandes grupos Diretores e Gerentes ou Profissionais das Ciências e Intelectuais segundo a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares do IBGE e *ocupados* é o número de indivíduos empregados. Em todas as equações, o subscrito *i* refere-se aos cursos de graduação selecionados.

Por último, a partir dos dados do MEC, foram levantadas informações sobre a oferta de cada curso selecionado pela UFG e seu ano de início. O período de análise é de 2003 a 2012², quando, segundo MEC (2013), ocorreu o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que contou com a participação da UFG. Foi escolhido o período referente ao REUNI, pois esta é a mais recente e importante expansão das universidades federais brasileiras.

Deve-se considerar que os dados disponíveis sobre o mercado de trabalho são do Censo do ano de 2010 e que a expansão da universidade se deu no período de 2005 a 2012, ou seja, as constatações sobre o mercado de trabalho em 2010 podem apresentar pequenas

² Neste período, houve criação de cursos superiores na UFG de 2005 a 2012.

diferenças em relação a outros anos, como 2005 ou 2012. No entanto, não há dados que permitam a avaliação do mercado de trabalho, por curso de graduação, em outros anos que não de Censo Demográfico e o ano de 2010 e o que mais se aproxima do período de expansão analisado.

Na próxima seção, são apresentados resultados sobre o mercado de trabalho goiano e o crescimento da oferta de ensino superior.

1. Resultados e Discussões

Nesta seção, procura-se analisar o mercado de trabalho para profissionais com ensino superior no estado de Goiás, relacionando a oferta de cursos superiores pela Universidade Federal de Goiás aos incentivos do mercado de trabalho.

4.1 O mercado de trabalho para profissionais graduados no estado de Goiás

Para analisar o mercado de trabalho, nesse item são apresentadas as médias dos rendimentos dos profissionais com ensino superior dos cursos superiores selecionados e também as taxas de inatividade, de desemprego e de ocupação em emprego de nível superior.

Considerando toda a amostra, ou seja, todos os indivíduos graduados nos cursos superiores selecionados, a taxa de inatividade é de 13,94% e a taxa de desemprego, 3,03%. Isso significa que, no estado de Goiás, cerca de 45.513 pessoas graduadas nos cursos selecionados não estão trabalhando e nem à procura de emprego, enquanto há aproximadamente 8.514 graduados em busca de emprego.

Entre os profissionais que estão trabalhando, o rendimento médio de todos os trabalhos é de R\$ 3.247,37. No entanto, parte relevante desses profissionais, 36,06%, tem ocupações que não são típicas de ensino superior e que poderiam ser exercidas por trabalhadores com nível médio. Assim, se forem considerados apenas os profissionais ocupados em empregos de nível superior, o rendimento médio aumenta para R\$ 3.625,20, ou seja, o prêmio de rendimento é de 11,63%. Comparando-se esse resultado ao obtido por Fernandes e Narita (2001), de 13,66%, percebe-se que, no estado de Goiás em 2010, o prêmio para ocupações típicas de ensino superior é um pouco menor, o que pode ser causado pelo aumento do número de profissionais com ensino superior nos últimos anos.

A tabela 1, a seguir, apresenta os valores médios dos rendimentos e as taxas de inatividade, de desemprego e de ocupação superior para cada curso de graduação selecionado.

Tabela 1. Rendimentos e taxas de inatividade, desemprego e ocupação superior por curso em 2010

Curso	Rendimento médio (R\$)	Ocupação superior (%)	Rendimento médio superior (R\$)	Inatividade (%)	Desemprego (%)	
Pedagogia	1869,47	71,75	1980,26	15,18	2,39	
Artes visuais	2843,17	82,15	1544,22	42,68	24,77	*
Música e artes cênicas	2054,16	80,31	2167,27	15,59	7,34	*
Design e moda	3288,38	48,76	3025,31	21,85	7,78	
Letras	1938,20	74,68	2063,00	15,37	2,10	
História	2109,11	61,63	2350,29	16,07	4,17	
Filosofia	2257,39	66,09	2776,65	17,24	3,00	
Psicologia	2800,98	80,38	2876,55	17,00	5,35	
Ciências sociais	3463,21	53,56	4821,05	25,80	0,00	*
Economia	5128,10	53,36	6494,45	16,76	2,93	
Administração	2916,60	44,76	3644,37	9,38	3,50	
Ciências contábeis	2935,08	59,94	3224,37	14,18	2,26	
Direito	4506,49	61,56	4884,89	17,90	2,96	
Serviço social	2404,39	66,42	2560,41	21,16	5,10	
Comunicação social	2943,13	57,33	3314,99	12,51	5,59	
Biblioteconomia	1730,42	87,09	1903,95	16,64	2,15	*
Física	2449,70	55,90	2745,43	3,18	0,00	*
Química	2440,31	54,28	3076,55	4,20	1,01	
Matemática	2351,52	62,52	2234,07	7,79	2,38	
Estatística	4448,41	56,46	3085,16	8,57	0,00	*
Ciência da computação	2846,26	55,00	3208,06	9,02	3,18	
Sistemas de informação	2526,99	56,97	1832,00	9,99	4,21	
Engenharia mecânica	5489,02	59,30	7481,76	4,60	1,50	
Engenharia elétrica	4620,70	68,18	4699,99	13,85	2,99	
Engenharia química	4342,89	58,35	5700,43	9,87	2,80	*
Engenharia de alimentos	2315,14	44,74	2891,61	12,88	6,98	
Engenharia de minas	5683,50	57,79	5293,20	25,85	0,00	*
Engenharia civil	8593,13	76,58	9472,66	9,78	0,00	
Arquitetura	4836,14	76,44	5022,04	15,33	0,00	
Agronomia e zootecnia	4869,39	48,02	5491,98	12,17	4,59	
Engenharia florestal	1773,20	68,97	2222,07	11,66	11,11	*
Medicina veterinária	4487,66	71,35	4544,18	10,24	2,94	
Biologia	2251,02	64,86	2540,20	14,80	5,06	
Ciências ambientais	1976,62	24,93	2489,56	14,10	0,00	*
Medicina	10505,16	94,21	10758,93	9,90	1,10	
Enfermagem	2274,41	53,78	2626,27	19,75	6,70	
Odontologia	4854,35	91,01	4912,98	8,60	0,47	
Farmácia	2890,87	81,12	3135,83	13,21	3,39	

* Número de observações sem peso menor que 50 para o rendimento médio

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Censo 2010

A partir dos dados da tabela 1³, verifica-se que a inserção dos profissionais com ensino superior no mercado de trabalho é bastante diferente dependendo da área de formação superior.

³ Na análise dos dados da tabela 1, consideram-se altos os valores acima da média e baixos os valores abaixo da média.

Assim como observado por Fernandes e Narita (2001) e por Neri (2005), a partir dos dados dos Censos de 1980, 1991 e 2000 para o Brasil, a análise dos resultados do Censo de 2010 para Goiás mostra que medicina é o curso que apresenta maior remuneração. Além disso, verifica-se também a elevada taxa de ocupação superior e o baixo desemprego, indicando uma possível escassez de médicos no estado.

Outras carreiras em se observam bons indicadores do mercado de trabalho são: Engenharia Civil, Arquitetura, Odontologia, Engenharia Elétrica e Medicina Veterinária. Nestas, há rendimentos acima da média, alta taxa de ocupação superior e baixo índice de desemprego, mostrando que faltam profissionais no mercado de trabalho.

Observa-se que algumas carreiras em que há licenciaturas (Pedagogia, Letras e Filosofia) apresentam baixo rendimento médio. No entanto, observa-se que, nestas carreiras há elevada taxa de ocupação superior e baixo desemprego. Esse resultado mostra que não há excesso de professores no estado de Goiás, mas que há pouca concorrência entre os empregadores, que têm poder de mercado para determinar um salário abaixo da média para as licenciaturas. Acredita-se que isso seja consequência do elevado número de professores que têm seus rendimentos determinados pelo Estado.

Já as carreiras de Administração, Design e Moda, Química, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Enfermagem e Engenharia de Alimentos mostram as situações mais preocupantes, pois apresentam taxas de desemprego acima da média, rendimento e taxa de ocupação superior abaixo da média. Esses resultados indicam que há excesso de oferta de trabalhadores com estas formações superiores no estado de Goiás.

Além disso, percebe-se que há diversas carreiras que não apresentam altas taxas de desemprego, mas oferecem rendimento pouco abaixo da média e têm proporção elevada de profissionais em ocupações que não são típicas de ensino superior. Essas carreiras são: História, Matemática e Ciências Contábeis.

Em outros casos, Psicologia, Serviço Social, Biologia e Farmácia, observam-se rendimentos abaixo da média e altas taxas de desemprego, porém o nível de ocupação superior continua acima da média. Para os profissionais graduados nesses cursos, pode haver dificuldade de adaptação a empregos de nível médio ou ainda preferência por continuarem desempregados enquanto procuram uma ocupação típica de nível superior.

Nos dois casos, tanto de baixa taxa de ocupação superior quanto de alta taxa de desemprego aliados ao rendimento abaixo da média, pode haver excesso de profissionais no mercado de trabalho.

Chama a atenção ainda o caso das carreiras de Economia, Direito, Engenharia Mecânica e Agronomia e Zootecnia que, embora tenham baixo índice de ocupação superior, mantém o rendimento médio acima da maior parte dos cursos. Para esses cursos, é importante analisar se a formação dada aos alunos na graduação é adequada às necessidades do mercado de trabalho. Verifica-se ainda que, para Economia, Direito e Engenharia Mecânica, a taxa de desemprego também é baixa, o que aliado ao alto rendimento indica que pode haver falta de profissionais no mercado de trabalho.

No próximo item, avalia-se a expansão recente da Universidade Federal de Goiás.

4.2 A expansão recente da Universidade Federal de Goiás

A seguir, a tabela 2 apresenta o crescimento da oferta dos cursos superiores selecionados na UFG.

Tabela 2. Evolução da oferta de cursos superiores selecionados pela UFG

Curso	Campus	Ano	Curso	Campus	Ano
Direito	Goiânia	1898	Ciências econômicas	Goiânia	2005
Farmácia	Goiânia	1948	Letras - espanhol	Goiânia	2005
Odontologia	Goiânia	1948	Letras - francês	Goiânia	2005
Engenharia civil	Goiânia	1954	Letras - inglês	Goiânia	2005
Medicina	Goiânia	1960	Letras - linguística	Goiânia	2005
Ciências sociais	Goiânia	1962	Administração	Catalão	2006
Letras - estudos literários	Goiânia	1962	Administração	Goiânia	2006
Agronomia	Goiânia	1963	Ciências biológicas - bacharelado	Catalão	2006
Medicina veterinária	Goiânia	1963	Ciências contábeis	Goiânia	2006
Física	Goiânia	1964	Física	Catalão	2006
Matemática	Goiânia	1964	Física	Jataí	2006
Comunicação social	Goiânia	1968	História	Jataí	2006
História	Goiânia	1968	Psicologia	Goiânia	2006
Engenharia elétrica	Goiânia	1970	Química	Catalão	2006
Química - licenciatura	Goiânia	1974	Química - licenciatura	Jataí	2006
Enfermagem	Goiânia	1976	Zootecnia	Jataí	2006
Ciências biológicas	Goiânia	1977	Pedagogia da terra	Goiânia	2007
Biblioteconomia	Goiânia	1980	Psicologia	Catalão	2007
Filosofia	Goiânia	1982	Psicologia	Jataí	2007
Ciências da computação	Goiânia	1984	Ciências da computação	Jataí	2008
Pedagogia	Jataí	1985	Enfermagem	Jataí	2008
Química - bacharelado	Goiânia	1985	Engenharia civil	Catalão	2008
Letras - língua portuguesa	Catalão	1986	Engenharia de minas	Catalão	2008
Letras - português e inglês	Catalão	1986	Arquitetura e urbanismo	Goiânia	2009
Matemática	Jataí	1986	Ciências ambientais	Goiânia	2009
Matemática	Catalão	1988	Ciências sociais	Catalão	2009
Pedagogia	Catalão	1988	Direito	Jataí	2009
Direito	Goiás	1990	Enfermagem	Catalão	2009
Letras - língua portuguesa	Jataí	1990	Engenharia florestal	Goiânia	2009
História	Catalão	1991	Engenharia florestal	Jataí	2009
Letras - língua portuguesa	Goiânia	1992	Engenharia mecânica	Goiânia	2009
Ciências biológicas	Jataí	1996	Engenharia química	Goiânia	2009
Ciências da computação	Catalão	1996	Estatística	Goiânia	2009
Design de moda	Goiânia	1996	Filosofia	Goiás	2009
Agronomia	Jataí	1997	Letras - libras	Goiânia	2009
Artes visuais - bacharelado	Goiânia	1997	Música - canto - licenciatura	Goiânia	2009
Medicina veterinária	Jataí	1997	Música - educação musical	Goiânia	2009
Engenharia de alimentos	Goiânia	1999	Música - instrumento musical - lic.	Goiânia	2009
Letras - inglês	Jataí	1999	Química - bacharelado	Jataí	2009
Pedagogia	Goiânia	1999	Serviço social	Goiás	2009
Artes cênicas	Goiânia	2000	Sistemas de informação	Goiânia	2009
Artes visuais - licenciatura	Goiânia	2000	Zootecnia	Goiânia	2009
Música - canto	Goiânia	2000	Ciências biológicas - licenciatura	Catalão	2010
Música - composição	Goiânia	2000	Design de ambientes	Goiânia	2012
Música - instrumento musical	Goiânia	2000			
Música - regência	Goiânia	2000			

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do Ministério da Educação (2013)

A Universidade Federal de Goiás foi fundada em 1960 com a reunião de cinco escolas superiores que já existiam, sendo a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina.

Desde então, a universidade vem se expandindo em Goiânia (campus Colemar Natal e Silva e campus Samambaia) e também nos campi de Catalão, Jataí e Goiás (UFG, 2013, p.1).

Analisando a expansão dos cursos selecionados na universidade, observa-se que, a partir de 2005, foram abertos 44 novos cursos⁴, destacando-se a abertura dos cursos superiores pelo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Na tabela 3, relaciona-se a expansão recente da UFG aos indicadores do mercado de trabalho goiano.

Tabela 3. Avaliação das condições do mercado de trabalho para os cursos criados após 2003

Curso	Rendimento < R\$ 3.247,37	Ocupação superior < 63,94%	Rendimento médio superior < R\$ 3.625,20	Inatividade > 13,94%	Desemprego > 3,03%	Existência de curso anterior em outro campus
Pedagogia	X		X	X		X
Design e moda		X	X	X	X	X
Letras	X		X	X		X*
História	X	X	X	X		X
Filosofia	X		X	X		X
Psicologia	X		X	X	X	
Economia		X		X		
Administração	X	X			X	
Ciências contábeis	X	X	X	X		
Direito		X		X		X
Serviço social	X		X	X	X	
Química	X	X	X		X	X
Ciência da computação	X	X	X		X	X
Sistemas de informação	X	X	X		X	
Engenharia mecânica		X				
Engenharia civil						X
Arquitetura				X		
Agronomia e zootecnia		X			X	
Biologia	X		X	X	X	X
Enfermagem	X	X	X	X	X	X

* Apenas Letras - Inglês

Observação: foram analisados apenas os cursos que apresentavam mais de 50 observações no Censo 2010

Fonte: elaborado pela autora

Percebe-se que a expansão recente da UFG se dá tanto em cursos em que hoje há excesso de oferta de profissionais como em cursos em que há falta desses no mercado de trabalho.

Entre os cursos em que foi verificado o excesso de oferta de profissionais, segundo os dados do Censo, há a criação de Administração em Goiânia (2006) e Catalão (2006), Química em Catalão (2006) e em Jataí (2006 e 2009), Ciência da Computação em Jataí (2008), Enfermagem em Jataí (2008) e em Catalão (2009) e Sistemas de Informação em Goiânia (2009).

Percebe-se ainda que, desses cursos, apenas Administração e Sistemas de Informação não eram ofertados pela universidade. Antes da expansão, já existiam na UFG: Química em Goiânia (1974 e 1985); Ciência da Computação em Goiânia (1984) e em Catalão (1996); e Enfermagem em Goiânia (1976).

⁴ Os cursos em campi diferentes, como Administração em Catalão e Goiânia, são considerados cursos diferentes.

Entre os cursos em que pode haver excesso de oferta, foram abertos os cursos de História em Jataí (2006), Ciências Contábeis em Goiânia (2006), Psicologia em Goiânia (2006), Catalão (2007) e Jataí (2007), Serviço Social em Goiás (2009) e Biologia em Catalão (2006 e 2010). Desses cursos, apenas História era ofertada em Goiânia desde 1968 e Biologia era ofertada em Goiânia (1977) e em Jataí (1996).

Por outro lado, entre os cursos em que existe escassez de profissionais no mercado de trabalho, foram criados: Engenharia Civil em Catalão (2008) e Arquitetura e Urbanismo em Goiânia (2009). E, entre os cursos em que pode haver escassez de profissionais, foram criados Economia em Goiânia (2005), Direito em Jataí (2009) e Engenharia Mecânica em Goiânia (2009).

A tabela 4 apresenta a situação do mercado de trabalho para os cursos selecionados e já existentes na UFG, mas que não sofreram expansão a partir de 2003.

Tabela 4. Avaliação das condições do mercado de trabalho para os cursos que não tiveram expansão após 2003

Curso	Rendimento < R\$ 3.247,37	Ocupação superior < 63,94%	Rendimento médio superior < R\$ 3.625,20	Inatividade > 13,94%	Desemprego > 3,03%
Comunicação social	X	X	X		X
Matemática	X	X	X		
Engenharia elétrica					
Engenharia de alimentos	X	X	X		X
Medicina veterinária					
Medicina					
Odontologia					
Farmácia	X		X		X

Fonte: elaborado pela
autora

Considerando os cursos de Comunicação Social, Matemática, Engenharia Elétrica, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária, Medicina, Odontologia e Farmácia, pode-se inferir que há demanda por parte do mercado de trabalho goiano e ainda espaço para o aumento da oferta de vagas ou criação de cursos novos de Engenharia Elétrica, Medicina Veterinária, Medicina e Odontologia.

Avalia-se, então, que a expansão da Universidade Federal de Goiás não apresenta uma relação clara com a dinâmica do mercado de trabalho. Observou-se a criação de: oito cursos que já apresentam excesso de profissionais e de sete cursos que podem ter excesso de oferta, enquanto foram criados apenas dois cursos que apresentam escassez de profissionais e mais três cursos que podem apresentar escassez de oferta.

Observou-se ainda que a maior parte dos cursos que, em 2010, apresentaram excesso de profissionais, já eram ofertados pela própria universidade em outros campi antes da expansão, como Química, Ciência da Computação, Enfermagem e História.

Consequentemente, estudantes de cursos em que há excesso de profissionais ou ainda baixa taxa de ocupação superior podem ter, futuramente, dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Como a maior parte dos cursos superiores foram criados no interior do estado, a dificuldade dos profissionais no interior poderá ser ainda maior que na capital.

Deve-se notar, porém, que, embora não haja dados numéricos, é clara a percepção de que conforme se ampliam as vagas em cursos superiores públicos, a demanda por esses cursos em instituições particulares cai, podendo levar ao fechamento de cursos particulares que apresentam excesso de vagas num futuro próximo. Isso, então, poderia levar o mercado de trabalho a uma situação de equilíbrio, sem excesso de profissionais.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi avaliar a evolução recente da oferta de cursos pela Universidade Federal de Goiás segundo a ótica do mercado de trabalho. Para tanto, foram analisados dados do Ministério da Educação sobre a expansão da UFG e do Censo Demográfico sobre rendimento e taxas de ocupação superior, de inatividade e de desemprego.

Os resultados mostraram que, em Goiás, há excesso de oferta de profissionais das carreiras de Administração, Design e Moda, Química, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Enfermagem e Engenharia de Alimentos e que pode haver excesso de oferta de profissionais nas áreas de História, Matemática, Ciências Contábeis, Psicologia, Serviço Social, Biologia e Farmácia. Esse excesso causa baixo rendimento e baixa taxa de ocupação superior, além de desemprego.

Dessa forma, recomenda-se a pesquisa com egressos da Universidade Federal de Goiás para investigar as demandas do mercado de trabalho, verificar se há formas de diferenciação do profissional graduado na universidade ou ainda se há necessidade de redução do número de vagas ofertadas.

Por outro lado, foi identificada escassez de profissionais graduados em Medicina, Engenharia Civil, Arquitetura, Odontologia, Engenharia Elétrica e Medicina Veterinária, e uma possível falta de profissionais das carreiras de Economia, Direito e Engenharia Mecânica.

Observou-se que não há uma relação direta entre a expansão da UFG e os indicadores do mercado de trabalho. Houve aumento da oferta de cursos que apresentam escassez de profissionais e também de cursos que apresentam excesso de profissionais.

A partir dos resultados obtidos, recomenda-se que a universidade dê prioridade ao aumento da oferta dos cursos em se verificou a escassez de profissionais e que não foram incluídos na expansão recente da universidade, quais sejam: Medicina, Odontologia, Engenharia Elétrica e Medicina Veterinária.

Além a expansão nas áreas citadas, sugere-se que seja seguida uma ordem de prioridade para a abertura de novos cursos, sendo: (1) cursos novos ainda não ofertados pela universidade com bons indicadores do mercado de trabalho; (2) cursos já existentes na universidade com bons indicadores do mercado de trabalho; (3) cursos novos ainda não ofertados pela universidade com indicadores de que pode haver excesso de profissionais; (4) cursos já existentes na universidade com indicadores de que pode haver excesso de profissionais.

Considerando também que o crescimento das vagas em uma instituição pública pode levar à redução de vagas em instituições particulares, não se elimina a possibilidade de abertura de cursos em áreas identificadas com excesso de profissionais, porém, sugere-se que a abertura desses cursos seja a última em termos de prioridade.

Por fim, deve-se ressaltar que o objetivo deste artigo limita-se à análise do mercado de trabalho, portanto, não foram abordados outros aspectos relevantes para a decisão de criação de um curso de graduação como a existência de professores, infraestrutura e recursos financeiros. Espera-se que, a partir desta avaliação, a Universidade Federal de Goiás e as demais universidades federais procurem analisar mais profundamente indicadores do mercado de trabalho e que esses indicadores também sejam considerados como fatores de decisão para a abertura de novos cursos superiores.

Referências

- CASARI, P. Retorno do ensino superior em Santa Catarina: diferenças entre as áreas de graduação e de atividade econômica. IN: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 1., 2007, Rio do Sul. **Anais...** Rio do Sul: [s.n.], 2007, p. 1-17.
- FERNANDES, R.; NARITA, R. T. Instrução superior e mercado de trabalho no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 5, n.1, 2001.
- INEP. **Cadastro da educação superior**. www.educacaosuperior.inep.gov.br. Consulta em 22/02/2007.
- KASSOUF, A. L. The wage rate estimation using the Heckman procedure. **Revista de Econometria**, p. 89-107, 1994.
- _____. Wage gender discrimination and segmentation in the Brazilian labor market. **Economia Aplicada**, v. 2, n. 2, p. 243-269, abr./jun. 1998.
- LAM, D.; LEVINSON, D. Idade, experiência, escolaridade e diferenciais de renda: Estados Unidos e Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, p.219-256, 1990.
- LAM, D.; SHOENI, R. Effects of family background on earnings and return to schooling: evidence from Brazil. **Journal of Political Economy**, p. 710-739, 1993.
- LOUREIRO, P. R. A.; GALRÃO, F. G. Discriminação no mercado de trabalho: uma análise dos setores e urbano no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 5, n. 3, p. 519-545, jul./set. 2001.
- MEC. **E-mec**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Consulta em: 03/02/2013.
- _____. REUNI 2008 – Relatório do primeiro ano, 2009. Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28. Consulta em: 03/02/2013.
- _____. **Simec**. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/M>. Consulta em: 03/02/2013.
- MENEZES FILHO, N. A.; PICHETTI, P.; FERNANDES, R. A evolução da distribuição de salários no Brasil:fatos estilizados para as décadas de 80 e 90. In: **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- MINCER, J. Investment in human capital e personal income distribution. **Journal of Political Economy**, p. 281-302, 1958.
- NERI, M. O retorno da universidade. **Conjuntura econômica**. p. 20-21, nov./2005.
- REZENDE, M.; WYLLIE, R. Retornos para educação no Brasil: evidências empíricas adicionais. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 3, p.349-365, jul./set., 2006.
- SACHSIDA, A.; LOUREIRO, P. R. A.; MENDONÇA, M. J. C. Um estudo sobre retornos em escolaridade no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, n. 58, p. 249-265, 2004.

SCHULTZ, T. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

UEDA, E. M.; HOFFMANN, R. Estimando o retorno em educação no Brasil. **Economia Aplicada**, v. 6, n. 2, p. 209-238, abr. /jun., 2002.

UFG. **Um pouco de história**. Disponível em:
http://www.ufg.br/page.php?menu_id=110&pos=esq. Consulta em: 03/02/2013.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross-section and panel data**. London: MIT Press, 2002.

EDITORIAL

**FACE – Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Ciências
Econômicas**

Curso de Ciências Econômicas

Direção FACE

Prof^a. Maria do Amparo Albuquerque
Aguiar

Vice-Direção FACE

Prof. Mauro Caetano de Souza

**Coordenação do Curso de Ciências
Econômicas**

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Endereço

Campus Samambaia, Prédio da FACE –
Rodovia Goiânia/Nova Veneza, km. 0 –
Caixa Postal 131, CEP 74001-970, Goiânia
– GO.

Tel. (62) 3521 – 1390

URL

<http://www.face.ufg.br/eco>

**NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas
Econômicas**

Coordenação

Prof. Sérgio Fornazier Meyrelles Filho

**TEXTO PARA DISCUSSÃO DO
CURSO DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS DA UFG**

Coordenação e Equipe de Editoração

Prof. Sandro Eduardo Monsueto

Barbara Christina Carrijo

Roberta Teodoro Santos

Colaborador Externo

Prof. Luciano Martins Costa Póvoa – UNB

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos que contam com a participação de pesquisadores do NEPEC. As opiniões contidas nesta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não representando necessariamente o ponto de vista do NEPEC ou da FACE/UFG. É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.